

HS COR – Hospital do Coração de Duque De Caixas Ltda

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente.**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócios da entidade

HS COR - HOSPITAL DO CORACAO DE DUQUE DE CAXIAS LTDA

CNPJ 08.562.523/0001-33

Duque de Caxias – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **HS COR - HOSPITAL DO CORACAO DE DUQUE DE CAXIAS LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **HS COR - HOSPITAL DO CORACAO DE DUQUE DE CAXIAS LTDA** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2025.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC PR-004.552/O-5 S/RJ

CVM 7862



FAIMO FRANCISCO

MOREIRA:0016931

4596

FAIMO FRANCISCO MOREIRA

CRC MG-085.335/O-5 S/RJ

CPF 001.693.145-96

CNAI 3764

HS COR – Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda.

Balanças patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Nota	31 de dezembro de	
		2024	2023
Ativo			
Circulante		36.261.439,63	28.094.571,42
Caixa e equivalentes de caixa		6.074.153,67	1.420.780,39
Contas a receber de clientes	5	24.523.908,81	18.376.513,82
Estoques	6	2.597.470,19	1.632.069,84
Créditos tributários e previdenciários	7	858.506,47	1.349.371,50
Outros ativos	8	2.207.400,49	5.315.835,87
Não circulante		9.738.284,84	7.943.531,91
Realizável a longo prazo		2.510.893,51	2.106.145,91
Impostos diferidos ativo	9	2.469.530,20	1.055.249,08
Depósitos judiciais e fiscais		33.389,87	-
Outros ativos	8	7.973,44	1.050.896,83
Imobilizado	10	7.175.600,37	5.766.813,02
Intangível		51.790,96	70.572,98
Total do ativo		45.999.724,47	36.038.103,33
Passivo			
Circulante		15.443.490,27	22.709.917,74
Fornecedores	11	2.648.037,07	2.336.770,94
Salários a pagar	12	2.422.563,51	1.968.041,05
Tributos e encargos sociais a recolher	13	6.732.788,16	7.600.644,50
Arrendamentos	14	197.645,07	127.722,08
Outros passivos	15	3.442.456,46	10.676.739,17
Não circulante		18.365.338,76	11.642.397,69
Tributos e encargos sociais a recolher	13	5.365.774,09	10.024.023,42
Provisões para ações judiciais	16	587.309,09	569.988,21
Arrendamentos	14	69.834,29	179.841,79
Outros passivos	15	12.342.421,29	868.544,27
Patrimônio líquido		12.190.895,44	1.685.787,90
Capital social	17	70.800.000,00	40.300.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)		-	19.500.000,00
Prejuízos acumulados		(58.609.104,56)	(58.114.212,10)
Total do passivo e do patrimônio líquido		45.999.724,47	36.038.103,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS COR – Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita operacional líquida	18	73.578.118,53	60.502.514,87
Custos Serviços Prestados	19	(69.175.883,13)	(60.072.450,46)
Resultado bruto		4.402.235,40	430.064,41
Despesas Administrativas	20	(1.819.530,73)	(1.567.683,10)
Despesas comerciais		(63.200,00)	-
Perda de recuperabilidade sobre créditos	5	(2.752.501,19)	(62.730,22)
Outras (despesas) receitas, líquidas		-	143.279,00
Resultado Operacional		(232.996,52)	(1.057.069,91)
Resultado Financeiro Líquido	21	(996.954,55)	(1.812.200,29)
Receitas Financeiras		200.504,41	80.031,22
Despesas Financeiras		(1.197.458,96)	(1.892.231,51)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.229.951,07)	(2.869.270,20)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes		(679.222,51)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social –diferido	11	1.414.281,12	389.885,22
Prejuízo líquido do exercício		(494.892,46)	(2.479.384,98)

HS COR – Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(494.892,46)	(2.479.384,98)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(494.892,46)	(2.479.384,98)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HS COR – Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.800.000,00	1.500.000,00	(55.634.827,12)	(19.334.827,12)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.479.384,98)	(2.479.384,98)
Aumento de capital	5.500.000,00	(1.500.000,00)	-	4.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	19.500.000,00	-	19.500.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.300.000,00	19.500.000,00	(58.114.212,10)	1.685.787,90
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(494.892,46)	(494.892,46)
Aumento de capital	30.500.000,00	(19.500.000,00)	-	11.000.000,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024	70.800.000,00	-	(58.609.104,56)	12.190.895,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HS COR – Hospital do Coração de Duque de Caixas Ltda.
 Demonstrações dos fluxos de caixa - (método indireto)
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício	(494.892,46)	(2.479.384,98)
Depreciações e amortizações	652.982,15	432.410,85
Atualização monetária contingência e depósitos judiciais	44.227,26	(58.168,00)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(1.414.281,12)	(389.885,20)
Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos	1.525.589,86	-
Provisão (Reversão) com perda de recuperabilidade sobre créditos	2.752.501,19	-
Juros -passivo de arrendamento	31.940,14	-
Baixa imobilizado/intangível	-	188.759,84
	3.098.067,02	(2.306.267,49)
Varição dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(10.425.486,04)	(10.766.000,40)
Estoques	(965.400,35)	(828.000,32)
Créditos tributários e previdenciários	490.865,03	(750.000,00)
Impostos diferidos ativos	811.821,57	-
Depósitos judiciais e fiscais	(32.358,91)	-
Outros ativos	4.151.358,77	(6.472.998,00)
Fornecedores	311.266,13	(6.829.000,00)
Salários a pagar	454.522,46	(841.000,00)
Tributos e encargos sociais a recolher	(5.526.105,67)	(1.050.000,00)
Provisões para ações judiciais	(27.937,34)	58.168,40
Arrendamento mercantil	173.638,12	(175.000,00)
Outros passivos	4.239.594,31	11.274.414,18
	(6.244.221,92)	(16.379.416,14)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(3.246.154,90)	(18.685.683,63)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(811.821,57)	(198.000,00)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(4.057.976,47)	(18.883.683,63)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.076.303,81)	(4.023.172,00)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.076.303,81)	(4.023.172,00)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	11.000.000,00	4.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	19.500.000,00
Arrendamento mercantil pagamento principal e juros	(212.346,44)	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.787.653,56	23.500.000,00
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.653.373,28	593.144,37
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.420.780,39	827.636,02
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	6.074.153,67	1.420.780,39
Varição do caixa e equivalente de caixa	4.653.373,28	593.144,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O **HS COR – HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAIXAS LTDA** é uma sociedade empresária limitada de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, localizada na Rua General Mitre nº 110, Bairro Jardim 25 de agosto. A Empresa tem por objetivo a prestação de serviços hospitalar, por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares.

A composição acionária da Empresa é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de ações	(%) Participação
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	70.800.000	100,00
	70.800.000	100,00%

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 23 de maio de 2025.

2. Outros assuntos

a) Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Empresa promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Empresa trabalha constantemente para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Empresa incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes de queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Empresa.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.



Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Empresa impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Empresa, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

b) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras da Empresa.

3. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A Administração considera que a Empresa possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar



operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- Nota explicativa nº 11 – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.



Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- Nota explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 13 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício.

3.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Principais práticas contábeis

A Empresa aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Empresa reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Empresa avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Empresa avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos



financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.

- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A Empresa reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

4.4 Perda de recuperabilidade sobre créditos

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Empresa não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras.

4.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment").

4.7 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e,



em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Empresa (órteses e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

4.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Em algumas situações, a Empresa questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Empresa o questionamento das ações.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Empresa não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Empresa, há possibilidade de resgate dos depósitos.

4.9 Imobilizado

Os itens que compõe o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

	Vida útil em anos	Taxa média de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50	2%
Instalações	5 a 10	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25	14%
Móveis e utensílios	1 a 15	10%
Equipamentos de computação	1 a 15	25%

A Empresa revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii)



medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

4.11 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Hospital, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida-útil estimada, não superior a cinco anos.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.



A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Empresa espera não ser materialmente afetada por essas regras.

4.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisões para ações judiciais

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes



nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Empresa possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Empresa reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

4.14 Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. A Empresa avalia se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.



O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Empresa. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Empresa é arrendatária de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Empresa altera sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Empresa não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Empresa reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.16 Obrigações trabalhistas e sociais

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras.

De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

4.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Empresa reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Empresa ou, ainda, quando previsto em Lei.



A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Contrato Social da Empresa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas.

4.18 Reconhecimento de receitas operacionais

As receitas com serviços prestados às operadoras de planos de saúde e pacientes particulares são reconhecidas pelo regime de competência.

4.19 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

5. Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contas a receber de clientes	31.556.570,95	21.361.309,34
(-) Provisão de perdas	(4.278.091,05)	(1.525.589,86)
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalar	(2.754.571,09)	(1.459.205,66)
	24.523.908,81	18.376.513,82

A movimentação do contas a receber é como segue:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	18.376.513,82	7.610.988,33
Contraprestações líquidas	85.192.957,91	66.785.703,37
Recebimentos	(74.767.471,87)	(54.659.376,18)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	(1.525.589,86)	(1.298.071,48)
Perda efetiva com créditos	(2.752.501,19)	(62.730,22)
Saldo no final do exercício	24.523.908,81	18.376.513,82

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	31 dezembro de	
	2024	2023
A vencer	2.420.029,52	-
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	14.551.214,26	7.340.750,47
De 31 a 90 dias	1.311.131,10	6.598.825,08
Acima de 90 dias	13.274.196,07	7.421.733,79
Total	31.556.570,95	21.361.309,34



Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(1.525.589,86)	(1.463.000,00)
Constituições	(47.340.210,73)	(4.334.857,13)
Reversões	44.587.709,54	4.272.267,27
Saldo no final do exercício	(4.278.091,05)	(1.525.589,86)

6. Estoques

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Drogas e medicamentos	1.104.771,46	504.946,25
Materiais cirúrgico	1.185.486,07	928.906,11
Material de escritório	98.352,86	82.614,84
Material de limpeza	144.910,35	100.720,04
Material laboratório	2.767,89	2.004,37
Material radiológico	5.821,20	5.821,20
Compensação	(31.063,84)	(25.902,48)
Materiais de uso consumo	78.650,72	32.639,51
Outros	7.773,48	320,00
	2.597.470,19	1.632.069,84

7. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro	
	2024	2023
Imposto de renda	543.397,26	679.466,17
Contribuição social sobre o lucro	128.097,50	196.612,65
CSRF a recuperar	-	163.711,75
Créditos de PIS e COFINS	7.172,82	126.672,02
Crédito de ISS	179.838,89	182.908,91
Créditos tributários e previdenciários	858.506,47	1.349.371,50

8. Outros ativos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	-	173.500,00
Adiantamento a funcionários	230.163,46	24.483,75
Ativos Indenizatórios	7.896,00	1.050.896,83
Despesas antecipadas	2.299,59	-
Outros	1.975.014,88	5.117.852,12
Total	2.215.373,93	6.366.732,70
Circulante	2.207.400,49	5.315.835,87
Não Circulante	7.973,44	1.050.896,83



HS COR – HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAIXAS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais)

**9. Imposto diferido ativo****a) Movimentação**

	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>Reconhecido na demonstração do resultado</u>	<u>31 de dezembro de 2023</u>	<u>Reconhecido na demonstração do resultado</u>	<u>31 de dezembro de 2024</u>
<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>					
Provisões para ações judiciais	-	-	-	199.685,09	199.685,09
Perda de recuperabilidade sobre créditos	648.703,40	366.127,08	1.014.830,48	1.376.274,64	2.391.105,12
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2), líquido	10.158,27	(1.907,26)	8.251,01	14.052,96	22.303,97
Outras adições	<u>6.502,19</u>	<u>25.665,40</u>	<u>32.167,59</u>	<u>(175.731,57)</u>	<u>(143.563,98)</u>
Impostos diferidos ativos	<u>665.363,86</u>	<u>389.885,22</u>	<u>1.055.249,08</u>	<u>1.414.281,12</u>	<u>2.469.530,20</u>

b) Expectativa de realização

Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

2025	246.953,02
2026	246.953,02
2027	246.953,02
2028	246.953,02
2029	246.953,02
Demais anos	<u>1.234.765,10</u>
	<u>2.469.530,20</u>

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31 de dezembro de	
	2024	2023
(Prejuízo)/Lucro antes dos impostos	(1.229.951,07)	(2.869.270,20)
À alíquota fiscal de 34%	418.183,36	975.551,87
Despesas Indedutíveis	(8.505,82)	(568.456,40)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	301.381,07	(110.064,41)
Outras exclusões (adições) permanentes	24.000,00	92.854,16
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	735.058,61	389.885,22
Despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes	(679.222,51)	-
Crédito de imposto de renda e contribuição social - diferidos	1.414.281,12	389.885,22
Alíquota efetiva	60%	14%



HS COR – HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAIXAS LTDA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em reais)

**10. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação - % a.a.	31 de dezembro de 2023	Aquisições	Transferência	Depreciação	Remuneração	31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	14%	1.786.767,60	371.127,46	-	(231.629,11)	-	1.926.265,95
Móveis e utensílios	10%	151.076,08	37.103,00	-	(16.775,07)	-	171.404,01
Equipamentos de computação	25%	699.287,24	-	-	(148.240,20)	-	551.047,04
Instalações	14%	-	1.165.969,04	244.113,57	(15.817,22)	-	1.394.265,36
Imobilizações em curso	-	2.846.385,92	328.466,22	(244.113,57)	-	-	2.930.738,57
Direito de uso	-	283.296,18	173.638,12	-	(221.738,53)	(33.316,33)	201.879,44
		5.766.813,02	2.076.303,81	-	(634.200,13)	(33.316,33)	7.175.600,37

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre o teste para redução do valor recuperável (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2024 não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas”, conforme notas explicativas nº 23 e 24, respectivamente.

11. Fornecedores

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Fornecedores	2.648.037,07	2.336.770,94
	2.648.037,07	2.336.770,94

12. Salários a pagar

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Salários	50.608,00	11.174,37
Férias	2.136.551,40	1.847.468,39
Benefícios	235.404,11	109.398,29
	2.422.563,51	1.968.041,05

13. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Imposto sobre serviços (ISS)	356.003,83	467.029,71
Contribuição previdenciária	379.688,13	326.859,08
FGTS	137.326,21	193.138,54
PIS e COFINS	235.811,81	284.214,79
Impostos devidos a recolher	1.108.829,98	1.271.242,12
Imposto de renda - funcionários	79.721,96	68.779,27
Imposto de renda - terceiros	24.253,62	18.304,73
Contribuição previdenciária retida	19.211,49	14.512,97
Retenção PIS/COFINS/CSLL	82.992,35	61.615,63
Impostos retidos a recolher	206.179,42	163.212,60
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	10.506.894,94	14.986.173,58
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal	276.657,91	1.204.039,62
Impostos parcelados	10.783.552,85	16.190.213,20
Impostos parcelados	12.098.562,25	17.624.667,92
Circulante	6.732.788,16	7.600.644,50
Não circulante	5.365.774,09	10.024.023,42

14. Arrendamentos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	307.563,87	482.296,77
Adições novos contratos	173.638,12	-
Remensurações/baixas de contratos	(33.316,33)	(24.069,45)
Juros incorridos	31.940,14	27.813,79
(-) Contraprestação paga	(212.346,44)	(178.477,24)
Saldo no final do exercício	267.479,36	307.563,87
Circulante	197.645,07	127.722,08
Não circulante	69.834,29	179.841,79



Maturidade dos contratos:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
2024	-	145.497,72
2025	197.643,12	111.625,37
2026	76.419,00	74.840,52
2027	6.368,25	6.236,71
Valores não descontados	280.430,37	338.200,32
Juros Embutidos	(12.951,01)	(30.636,45)
	267.479,36	307.563,87

15. Outros passivos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Recebimento antecipado cliente	3.442.456,46	9.476.731,55
Partes Relacionadas	12.225.721,29	-
Adiantamento parceria banco	-	173.500,00
Outros	116.700,00	1.895.051,89
	15.784.877,75	11.545.283,44
Circulante	3.442.456,46	10.676.739,17
Não circulante	12.342.421,29	868.544,27

16. Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Empresa para os casos em que a perda é considerada provável, a Empresa constituiu provisão em 31 de dezembro de 2024 como segue:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	86.569,87	94.570,78	181.140,65
Provisão/(Reversão)	77.388,27	(85.105,62)	434.817,94	427.100,59
Pagamentos	(77.388,27)	(976,00)	(18.410,99)	(96.775,26)
Atualização monetária	-	1.167,81	57.354,42	58.522,23
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.656,06	568.332,15	569.988,21
Provisão/(Reversão)	-	44.145,50	565.888,11	610.033,61
Pagamentos	-	(32.795,96)	(35.186,78)	(67.982,74)
Compensação	-	(1.656,06)	(568.332,15)	(569.988,21)
Atualização monetária	-	595,44	44.662,78	45.258,22
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	11.944,98	575.364,11	587.309,09

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentou outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas que de acordo com consultores jurídicos apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Tributárias	540.668,93	514.823,83
Trabalhista	984.792,00	26.807,36
Cíveis	1.993.907,45	2.325.884,26
	3.519.368,38	2.867.515,45



17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 70.800.000,00 (R\$ 40.300.000,00 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 70.800.00 ações ordinárias, sem valor nominal (40.300.000 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a quotista Notre Dame Intermédica Saúde S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 30.500.000,00 mediante a subscrição de e integralização de 30.500.000 novas quotas.

	<u>Qtde de quotas</u>	<u>Valor da quota – R\$</u>	<u>Aumento de capital – R\$</u>
23ª. Alteração de contrato social – 17 de maio de 2024	25.500.000	1,00	25.500.000,00
24ª. Alteração de contrato social – 5 de novembro de 2024	3.500.000	1,00	3.500.000,00
25ª. Alteração de contrato social – 13 de dezembro de 2024	1.500.000	1,00	1.500.000,00
	<u>30.500.000</u>		<u>30.500.000,00</u>

18. Receita operacional líquida

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prestação de serviços médico-hospitalar	81.551.321,18	67.404.774,24
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalar	(659.443,79)	(1.298.071,48)
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalares	(7.313.758,86)	(5.604.187,89)
Receita operacional líquida	<u>73.578.118,53</u>	<u>60.502.514,87</u>

19. Custo dos serviços prestados

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custos dos serviços prestados	(68.026.055,23)	(59.762.448,00)
Depreciações e amortizações	(431.243,62)	(282.702,08)
Depreciação direito de uso	(221.738,53)	(1.960,87)
Outros custos de assistência à saúde	(496.845,75)	(25.339,51)
	<u>(69.175.883,13)</u>	<u>(60.072.450,46)</u>

20. Despesas administrativas

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pessoal	(187.361,13)	(24.194,73)
Serviços de terceiros	(849.113,55)	(612.336,05)
Localização e funcionamento	(62.201,31)	(11.257,37)
Tributos	(61.003,81)	(890,20)
Publicidade e propaganda	(381,00)	-
Provisão para contingências	(610.033,61)	(883.556,88)
Depreciação e amortização	-	-
Taxas, emolumentos, multas e juros	(49.436,32)	(1.213,00)
Outras	-	(34.234,87)
	<u>(1.819.530,73)</u>	<u>(1.567.683,10)</u>



21. Resultado financeiro

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Receitas		
Receitas com aplicações financeiras	153.512,52	35.257,99
Juros recebidos	10.254,95	1.181,27
Variação monetária ativa	9.877,51	13.746,72
Descontos obtidos	89,36	4.310,91
Outras receitas	26.770,07	25.534,33
	200.504,41	80.031,22
Despesas		
Multas e juros	(23.489,51)	(1.140.584,17)
Tarifas bancárias	(113.137,80)	(53.657,36)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(658.997,76)
Ajuste a valor presente	-	4.654,82
Juros arrendamento mercantil	(31.940,14)	(27.813,79)
Descontos concedidos	(1.789,49)	(3.069,39)
Variação monetária passiva	(1.027.101,86)	(12.764,01)
	(1.197.458,80)	(1.892.231,66)
Resultado financeiro líquido	(996.954,39)	(1.812.200,44)

22. Partes Relacionadas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Ativo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	10.785.757,65	2.309.354,32
Hapvida Assistência Médica S.A.	48.137,07	-
	10.833.894,72	2.309.354,32
Passivo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	11.500.000,00	19.610.756,81
Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	722.898,25	-
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A..	1.865,35	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	957,69	-
	12.225.721,29	19.610.756,81
Receita		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	56.100.178,41	222.521.733,23
Hapvida Assistência Médica S.A.	32.417,17	-
	56.132.595,58	222.521.733,23
Despesa		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	(2.467.811,66)	(274.257.086,03)
Hapvida Assistência Médica S.A.	(68.613,62)	-
	(2.536.425,28)	(274.257.086,03)

23. Cobertura de seguros

A Controladora da Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes



considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

24. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(i) Risco de mercado

A Empresa possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas:

- limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Empresa;
- manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa;
- não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais;
- investir em fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de:
 - (a) títulos públicos federais;
 - (b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira;

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Empresa do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contraprestações de instrumentos de proteção.

(ii) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas a cada risco avaliado.



Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades da Empresa. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da Administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Empresa está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalente de caixa

A Empresa detinha saldo de R\$ 6.074.153,67 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.420.780,39 em 31 de dezembro de 2023), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

* * *

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade
CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações Financeiras

